

CREDITCORP SERVIÇOS
CORPORATIVOS S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações dos valores adicionados	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

1. *Resumo da Companhia*

A Creditcorp Serviços Corporativos S.A foi fundada em 2017 como uma empresa dedicada a estruturação e operacionalização de fundos e estruturas de financiamento para acesso à crédito B2B com garantia de recebíveis. Conectamos investidores / financiadores, e tomadores de crédito de maneira inteligente e escalável, através de nossa plataforma proprietária. Desde seu início, a Creditcorp Serviços Corporativos S.A busca desenvolver soluções customizadas de crédito, com entrega da solução completa, do funding à operação. Nossa plataforma possibilita a existência de operações multi-financeiros, multi-cedente e multi-sacados.

A atuação da Creditcorp Serviços Corporativos S.A pode ser resumida em 4 grandes blocos: (1) originação de direitos creditórios, onde buscamos empresas para atuarem como sacados e/ou cedentes em operações de antecipação de direitos creditórios; (2) captação de recursos, junto a bancos, fundos e gestoras de patrimônio (Investidores); (3) estruturação de FIDCs e operações estruturadas (CRIs, CRAs, Notas comerciais, debêntures) e; (4) processamento digital de operações, através da nossa plataforma proprietária, que se integra com os sacados, cedentes e financiadores, de modo a proporcionar todo o controle das operações no dia a dia. Desta forma, nossas tecnologias e serviços provêm soluções completas para os nossos clientes.

2. *Modelo de Negócios*

As receitas da Creditcorp Serviços Corporativos S.A são provenientes de: (1) comissões e taxas cobradas pela intermediação de recebíveis para os Investidores; (2) receitas financeiras originadas pela compra de recebíveis diretamente com nosso caixa; (3) fees sobre operações as operações estruturadas, cobradas dos emissores de títulos; e (4) fees cobrados de clientes pela utilização da plataforma Creditcorp. Os valores pagos pelos devedores de transações estruturadas pela Creditcorp são repassados diretamente para os Investidores dos fundos e/ou produtos de investimento estruturados pela Creditcorp Serviços Corporativos S.A, não transitando pelas contas da Creditcorp. Os Investidores, por sua vez, pagam à Creditcorp Serviços Corporativos S.A uma comissão referente à originação e estruturação de tais negócios, além de um *fee* para gestão e cobrança das carteiras.

Acreditamos que nosso modelo de negócios, apoiado em uma plataforma que busca satisfazer as necessidades e desejos dos provedores e tomadores de capital, permite transformar a forma como os agentes econômicos se relacionam com o crédito e a catalisar o desenvolvimento econômico das partes. Estas são as premissas fundamentais que nos orientam e que nos movem para continuarmos expandindo e democratizando o acesso a um modelo alternativo e sustentável para o mercado de soluções de crédito, através de nossas principais avenidas de crescimento:

- Ampliação da distribuição de crédito, para que mais empresas possam ter acesso a crédito;
- Precificação cada vez mais assertiva de ativos crédito, fornecendo produtos competitivos para tomadores e retornos sustentáveis para investidores;
- Expansão do nosso portfólio, para criar mais produtos que atendem as necessidades de nossos clientes e a um leque de investidores cada vez maior;
- Inovação contínua e expansão do nosso ecossistema.

3. *Resultados*

A receita líquida do ano de 2022 atingiu R\$ 1.000 e representa um crescimento de 16% em comparação com o montante de R\$ 860 do ano de 2021. Essa variação deveu-se ao crescimento de escala da operação.

Os custos dos serviços prestados, despesas administrativas e operacionais totalizaram R\$ 9.025 no ano de 2022 representando um aumento de 702% quando comparado com o montante de R\$ 1.126 no ano de 2021, substancialmente concentrado em despesas de pessoal, e de serviços prestados por terceiros.

Encerramos o ano de 2022 com um prejuízo de R\$ 5.206 e no ano de 2021 com um prejuízo de R\$ 250. O aumento do prejuízo decorreu da decisão de expansão e qualificação da equipe de colaboradores para explorar o potencial de negócios de nossa plataforma, principalmente a partir de 2023.

4. *Perspectivas para 2023*

A Creditcorp Serviços Corporativos S.A iniciou 2022 com a captação de sua primeira rodada de investimentos junto a fundos. Com a entrada deste investidor, em Fevereiro/2022, elaborou-se um planejamento estratégico robusto acerca dos próximos passos, dando continuidade ao desenvolvimento de suas operações, buscando sempre soluções ótimas que democratizem o acesso ao crédito, viabilizando novas originações através de diversos canais e uso de tecnologia, formando carteiras diversificadas e alavancando a estruturação e colocação de novos fundos de direitos creditórios no mercado. Desta forma, a Companhia acredita que contribuirá ativamente para o crescimento do país como um todo.

Com a entrada deste capital e a contratação de pessoas-chave, buscaremos aumentar exponencialmente a escala dos nossos negócios, com a captação de novos sacados / cedentes e expansão do portfólio de produtos e abertura de novos relacionamentos para *funding*.

Com originação de novos negócios, aumento do volume de recursos sob gestão e planejamento bem direcionado, a Companhia visa o crescimento sustentável, gerando valor a todos os envolvidos em sua cadeia de valor. O plano de negócios da empresa prevê que a mesma alcance lucratividade expressiva em 2023.

5. *Relacionamento com auditores independentes*

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

6. *Agradecimentos*

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança, bem como a todos os nossos colaboradores.

São Paulo, 21 de março de 2023

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e ao conselho de administração da
CREDITCORP SERVIÇOS CORPORATIVOS S.A
São Paulo – SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CREDITCORP SERVIÇOS CORPORATIVOS S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDITCORP SERVIÇOS CORPORATIVOS S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de “Outros valores e bens – curto e longo prazo” R\$ 249 mil. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Companhia não nos havia disponibilizado a documentação suporte para o valor de R\$ 249 mil. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo da referida rubrica, assim como nos demais elementos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Valores correspondentes não auditados

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021, nem as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Vinicius Máximo
Contador CRC SP-285464/O-0

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.717	3	Fornecedores	10	-	41
Contas a receber de clientes	5	82	593	Parcelamentos de Impostos curto prazo	11	18	18
Tributos a recuperar	6	111	48	Adiantamento de Clientes	12.a	-	525
Ativo fiscal diferido	21.b	3.243	711	Empréstimos curto prazo	13	-	343
Partes Relacionadas	15	-	88	Tributos a recolher	14	303	14
Outros creditos curto prazo	7	3	56	Obrigações trabalhistas e sociais	16	304	52
Outros valores e bens curto prazo	8	83	333	Outras contas a pagar	12.b	58	3
		9.240	1.832			683	997
Não Circulante				Não Circulante			
Outros creditos longo prazo	7	52	-	Empréstimos longo prazo	13	4.124	571
Outros valores e bens longo prazo	8	166	-	Parcelamentos de Impostos longo prazo	11	25	44
		218	-			4.149	615
Imobilizado	9	211	40	Patrimônio líquido			
Intangível		-	1	Capital social	17.a	11.395	1.395
		211	41	Prejuízos acumulados		(6.558)	(1.134)
		429	41	Patrimônio líquido atribuível aos controladores			
Total do ativo		9.669	1.872			4.837	261
				Total do Patrimonio liquido		4.837	261
				Total do passivo e Patrimonio liquido		9.669	1.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Receita operacional líquida	18	1.168	971
Dedução de impostos		(168)	(111)
Lucro bruto		1.000	860
Custo de prestação de serviços			
Custo dos Serviços Vendidos	19.a	(2.911)	(313)
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	19.b	(6.332)	(813)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(8.243)	(266)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	614	1
Despesas financeiras	20	(328)	(100)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(7.956)	(365)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	2.532	115
Prejuízo do período		(5.424)	(250)
(Prejuízo) básico e diluído por ação atribuível a controladores - R\$ (nota 22)		(5,15)	(0,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Lucro (Prejuízo) líquido dos exercícios	(5.424)	(250)
	<u><u>(5.424)</u></u>	<u><u>(250)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Capital social</u>			
		Capital subscrito	Prejuízos Acumulados	Total Controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Não auditado)	Nota	1.395	(884)	511	511
Prejuízo do exercício			(250)	(250)	(250)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		<u>1.395</u>	<u>(1.134)</u>	<u>261</u>	<u>261</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.395	(1.134)	261	261
Aumento de capital - Classe ON	17.a	10.000		10.000	10.000
Prejuízo do exercício			(5.424)	(5.424)	(5.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>11.395</u>	<u>(6.558)</u>	<u>4.837</u>	<u>4.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(5.424)	(250)
Ajustes para:		
Depreciações/Amortizações	22	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.532)	(129)
Juros pagos	298	55
	(7.636)	(322)
Varição nos ativos e passivos:		
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	511	(593)
(Aumento)/Diminuição em outros tributos a recuperar	(63)	(30)
(Aumento)/Diminuição em outros créditos	84	77
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	(511)	563
Aumento/(Diminuição) em outros tributos	270	2
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	251	18
	(7.095)	(285)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(7.095)	(285)
Juros pagos	(298)	(55)
	(7.392)	(340)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(7.392)	(340)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) no imobilizado	(192)	(6)
Mutuo com partes relacionadas	88	(88)
Amortização de Intangível	1	(1)
	(103)	(95)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(103)	(95)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento / captação de empréstimos e financiamentos	3.210	380
Aumento de capital	10.000	0
	13.210	380
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	13.210	380
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	5.714	-54
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3	57
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.717	3
	5.714	(54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CreditCorp Serviços Corporativos S.A

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Receitas		
Receita bruta da atividade	1.168	971
Insumos adquiridos de terceiros	(3.108)	(591)
Custos dos serviços Prestados	(1.045)	(375)
Serviços de Terceiros	(1.580)	(56)
Materiais, Energia e Outros	(482)	(160)
Valor adicionado bruto	(1.939)	380
Depreciação e amortização	(105)	(86)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(2.044)	294
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	614	-
Valor adicionado total a distribuir	(1.430)	294
Distribuição do valor adicionado	(5.424)	(250)
Pessoal	5.965	414
Salários	4.176	276
Benefícios	635	53
Impostos	1.154	85
Impostos, taxas e contribuições	(2.354)	(5)
Federais	(2.432)	(72)
Municipais	78	67
Remuneração de capitais de terceiros	383	135
Juros	317	100
Alugueis	66	35
Remuneração de capitais próprios	(5.424)	(250)
Resultados do Período		
Valor adicionado distribuído	(1.430)	294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Creditcorp Serviços Corporativos S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 07 de julho de 2017, com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispostos no Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

A Companhia tem por objeto social:

- Prestação de serviços de estruturação e operacionalização de fundos/estruturas de financiamento para acesso à crédito B2B com garantia de recebíveis;
- Prestação de serviços de cobrança junto a sacados;
- Prestação de serviços de estruturação e operacionalização de produtos estruturados (CRIs, CRAs, Debêntures e Notas Comerciais).

A Companhia está atualmente sediada na Rua Fidêncio Ramos 100, 14º. andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas adotadas no Brasil e o pronunciamento técnico que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou de forma facultativa as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, e como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais, pois não é uma demonstração requerida pelo IAS 34. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

3 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

b. Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o benefício sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

As principais fontes de receita da Companhia são: (i) prestação de serviços de originação de novas operações de antecipação de recebíveis junto a financiadores (fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios, bancos etc.), e de taxas de sucesso (*performance fee*), com a utilização da plataforma CreditCorp e (ii) gestão de carteira e de cobrança, conforme nota explicativa nº 18.

Tipo serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de originação de novas operações de antecipação de recebíveis e utilização de plataforma.	As faturas para os serviços de originação de novas operações, denominado taxa de consultoria são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 5 dias úteis de sua emissão. Para os contratos que contemplam taxa de performance, as faturas são emitidas ao final de cada período de apuração (definido em contrato) e pagas em até 5 dias úteis.	A taxa de consultoria é reconhecida mensalmente à medida que os serviços são prestados com base no patrimônio líquido dos fundos geridos.
	A Companhia presta serviços de originação de ativos representados por direitos creditórios adquiridos por fundos de investimento. Os fundos usufruem dos serviços de gestão constantemente, a medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a taxa de consultoria é apurada diariamente pelo Administrador do Fundo e reconhecida / paga mensalmente. A remuneração é baseada em um percentual do volume de operações que o cliente realiza através da plataforma da CreditCorp junto aos FIDCs e bancos parceiros. A taxa de performance só é paga quando o patrimônio do fundo gerido supera o benchmark estabelecido no regulamento do Fundo.	A taxa de performance é calculada por um % multiplicado pela variação positiva do patrimônio líquido diário dos fundos geridos e do <i>benchmark</i> determinado em contrato ou no regulamento dos fundos. A taxa de performance é reconhecida quando termina o período de contagem e isto ocorre quando a empresa conhece o valor da comissão de performance a ser cobrada.
Gestão de carteira e cobrança	Serviços de gestão de carteira e cobrança: gestão de carteira de recebíveis e cobrança de créditos vencidos, e relacionamento com os sacados e cedentes. Os fundos usufruem dos serviços constantemente, à medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a remuneração é reconhecida mensalmente.	A receita é reconhecida mensalmente, assim que o fundo assina o contrato, pois é quando o mesmo tem acesso ao pacote de serviços de gerenciamento de carteira.
	A cobrança dos serviços é feita com base em tabela de preços, prevista em cada contrato de prestação de serviços	

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receita de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro a valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 mil (teto trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

– diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

– diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

– diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Máquinas e aparelhos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Softwares (Capex)

Os gastos com desenvolvimento de softwares são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os outros ativos são representados por marcas e softwares não desenvolvidos internamente.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

O “Contas a receber de clientes” e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

g. Capital social

É constituído por ações ordinárias, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, quando aplicável, são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos distribuídos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j. Contas a receber de clientes

A qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes que utilizam a plataforma da Companhia para suas transações está associada ao risco de inadimplência de clientes e segmentos de negócios a eles relacionados. Alterações no perfil de negócios podem ocorrer em função de crescimento orgânico, com o desenvolvimento de novos produtos, captação de novos clientes e expansão para novos mercados com um perfil de risco mais arrojado ou, ainda, em função de fusões e aquisições que a Companhia pode vir a realizar, adquirindo sociedades que contam com uma carteira de clientes com qualidade de crédito inferior àquela dos seus atuais clientes, bem como em função de alterações nas condições econômicas, alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos segmentos nos quais a Companhia e/ou seus clientes atuam, entre outros fatores. Quaisquer alterações nas condições econômicas e políticas, diminuição na demanda dos clientes, aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem afetar negativamente a taxa de crescimento e a qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes, resultando no aumento do risco de inadimplência e afetar negativamente as operações, acesso a recursos de terceiros e situação financeira da Companhia.

Devido à limitação quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, a Companhia se baseia em informações disponíveis em seus bancos de dados, se existentes, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e fontes privadas, para realizar a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes. A gestão do risco de crédito é baseada no modelo operacional próprio da Companhia, no qual a maioria dos serviços prestados é realizado no curto prazo com pagamentos em até 30 dias. Ainda assim, são realizadas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, quando aplicável, e adotadas formas efetivas de cobrança. A análise efetuada pela Companhia segue critérios definidos e baseados em informações internas, específicas do negócio em que a Companhia opera, bem como informações externas, cadastrais ou comportamentais dos clientes, sendo estes modelos revistos periodicamente com base nas taxas históricas de perdas de cada cliente. A Companhia destaca que não possui histórico significativo de perdas efetivas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Mais de 85% dos clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por mais de 4 anos, e nenhum desses saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação na data do balanço. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são

atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com a Companhia, e existência de dificuldades financeiras no passado.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2022, em razão da característica dos recebíveis e com base nas análises individualizadas realizadas nos clientes, a Companhia não possui saldo de provisão para perdas esperadas registrados em seus livros contábeis, uma vez que não há expectativa de eventuais perdas de crédito esperadas para os títulos em aberto nesta data.

k. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluídos, nos períodos apresentados.

l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porém não identificou nenhum impacto.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	9	1
Aplicações financeiras	<u>5.708</u>	<u>2</u>
	<u>5.717</u>	<u>3</u>

Caixa representa os valores mantidos em contas correntes junto a Instituições Financeiras no país e no exterior. As Aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, Referenciado -DI, lastreadas em títulos públicos e privados, remunerados pela taxa média de 92% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Essas aplicações possuem liquidez imediata, sem perda dos rendimentos, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

a. Composição

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados – Sky One (a)	-	593
Duplicatas a receber – Banco BTG Pactual S.A.	15	-
Duplicatas a receber – Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.	20	-
Operações de recebíveis – TIFFIN (b)	47	-
	82	593

- (a) O saldo relacionado a operações com contrato de parceria comercial com a SKY ONE Tecnologia Em Software S.A. A Sky One é empresa que atua no ramo de tecnologia, com expertise em migração de ERP's para cloud e integrações de aplicações, baseado em dados. As partes enviam esforços conjuntos para a criação de uma joint venture ("JV"), que tinha como objetivo desenvolver um algoritmo específico para a avaliação de score e risco financeiro para clientes da SkyOne, assim como a criação de estruturas de operações de financiamento a serem ofertados de forma integrada aos ERP's clientes da SkyOne. A iniciativa foi descontinuada em dez/2022 em função de dificuldades comerciais para venda dos produtos aos clientes da SkyOne.
- (b) O saldo se refere a valores a receber de direitos creditórios adquiridos diretamente pela Creditcorp junto à Bulqui Com. Prods Alimentícios Ltda.

6 Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recuperar	<u>111</u>	<u>48</u>
	<u>111</u>	<u>48</u>

Os tributos a recuperar referem-se a imposto de renda e contribuição social, créditos de PIS/COFINS sobre custos e despesas e imposto de renda retido na fonte a compensar.

7 Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	102	55
Depósito caução aluguel	<u>52</u>	<u>-</u>
	<u>154</u>	<u>55</u>

8 Outros valores e bens

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Antecipadas (a)	<u>249</u>	<u>333</u>
	<u>249</u>	<u>333</u>

(a) Refere-se a despesas pré-operacionais, que estão sendo amortizadas em 60 meses.

9 Imobilizado

	Máquinas e Aparelhos	Equipamentos de informática	Moveis e Utensílios	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Total
Taxas anuais de depreciação:	20%	20%	20%	20%	
Custo					
Saldo em 01/01/2021	2	41	-	-	43
Adições	-	6	-	-	6
Saldo em 31/12/2021	2	47	-	-	49
Saldo em 01/01/2022	2	47	-	-	49
Adições	-	58	60	2	120
Saldo em 31/12/2022	2	105	60	2	169
Depreciação					
Saldo em 01/01/2021	-1	-6	-	-	-7
Despesa de depreciação	-1	-1	-	-	-2
Saldo em 31/12/2021	-2	-7	-	-	-9
Saldo em 01/01/2022	-2	-7	-	-	-9
Despesa de depreciação	-	-8	-2	-	-10
Saldo em 31/12/2022	-2	-15	-2	-	-19
Valor contábil					
Saldo em 31/12/2022	-	90	58	2	150
Saldo em 31/12/2021	-	40	-	-	40

10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de fornecedores é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	-	44
	-	44

11 Parcelamentos de Impostos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de parcelamentos de impostos é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	10	16
ISS	<u>33</u>	<u>47</u>
	<u>43</u>	<u>63</u>

O processo referente ao parcelamento de COFINS é o de número 19679-410332/2021-97, feito em 45 parcelas, com a primeira em jan/21 e a última em set/24. Até o mês de Dezembro/22, tinham sido quitadas 24 parcelas, restando 21 ainda em aberto.

Já o processo referente ao ISS é o de número 3150737, feito em 56 parcelas, com a primeira parcela em fev/21 e a última em set/25. Até o mês de Dezembro/22, tinham sido quitadas 23 parcelas, restando 33 ainda em aberto.

12 Adiantamento de Clientes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de adiantamento de clientes é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes (a)	-	525
Outras contas a pagar (b)	<u>58</u>	<u>3</u>
	<u>58</u>	<u>528</u>

Os saldos referem-se a valores recebidos da empresa Sky One, com a qual a CreditCorp possuía um acordo de parceria. Estes valores foram antecipados para a prestação de serviços de consultoria em tecnologia (desenvolvimento de plataforma para as operações em conjunto), tendo sido liquidados ao final da parceria.

(b) Os saldos referem-se a contas operacionais a pagar.

13 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de empréstimos é composto a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (a)	4.124	-

Banco Daycoval	-	34
Banco Itaú	-	33
Banco Itaú	-	133
Banco Santander	-	53
BMP MoneyPlus	-	35
BMP MoneyPlus	-	69
BMP MoneyPlus	-	88
BMP MoneyPlus	-	103
Desenvolve SP	-	45
Peter Erik Haagensen	-	321
	4.124	914

Os contratos de empréstimo existentes em 31/12/2021 foram liquidados após o aporte do fundo Stratus SCP III Brasil FIP, que ocorreu em 23/02/2022.

(a) Montante se refere a debênture não conversível emitida pela Creditcorp em setembro de 2022.

14 Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sobre salários	295	10
Impostos sobre serviços prestados por terceiros	8	4
	303	14

15 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Transação	Parte relacionada	Relação	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo / receita						
Contratos de mútuo (a)	Pessoas físicas	Acionistas	-	88	(44)	-
Total			-	88	(44)	-
(Passivo) /(despesa)						
Total			-	-	-	-

(a) Valor correspondente a Contrato de mútuo com o CEO da Companhia, liquidado parcialmente em setembro de 2022, no valor de R\$ 44. O restante do valor de mútuo foi levado a prejuízo e será utilizado em futuro ajuste de participação acionária previsto no 1º aditivo ao Acordo de Investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração atribuída aos administradores está representada por benefícios de curto prazo e nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim distribuídas:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	1.827	-
	<u>1.827</u>	<u>-</u>

Os Diretores Estatutários são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Durante ao exercícios de 2022 e 2021 não houve pagamento de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou qualquer tipo de remuneração baseada em ações que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e encargos	304	52
	<u>304</u>	<u>52</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 11.395 (R\$ 1.395 em dez/21) sendo este valor em sua totalidade em ações ON, dividido em 1.052.361 (dez/21 – 631.309) ações, todas nominativas e sem valor nominal, cujas quantidades estão distribuídas da seguinte forma:

	Ações em quantidade	
	ON	Total
Posição em 01.01.2021	<u>631.309</u>	<u>631.309</u>
Movimentação	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>631.309</u>	<u>631.309</u>

Ações em circulação em 30.06.2021	<u>631.309</u>	<u>631.309</u>
Posição em 01.01.2022	<u>631.309</u>	<u>631.309</u>
Movimentação (1)	<u>421.052</u>	<u>421.052</u>
	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>
Ações em circulação em 31.12.2022	<u>1.052.361</u>	<u>1.052.361</u>

(1) A assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2022 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 10.000 mediante a emissão de 421.052 ações, sendo todas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 23,75 por ação, com base no valor patrimonial da Companhia, sendo R\$ 10.000 em caixa e o valor foi totalmente integralizado em 23 de fevereiro de 2022.

O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações previstas em lei, será distribuído da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal não excedendo a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) para a distribuição a título do dividendo mínimo obrigatório, salvo deliberação diversa em Assembleia Geral; e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral que decidirá sobre sua destinação.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 0 (dezembro de 2021 – R\$ 0).

(ii) Reserva de retenção de lucros

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

- O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e
- O lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202 da Lei 6.404/76, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da referida reserva é de R\$ 0 (dezembro de 2021 - R\$ 0).

c. Dividendos mínimo obrigatório

Conforme descrito no item (a), desta nota explicativa, é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório, deduzido da reserva legal, correspondente a: 25% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício social para os acionistas detentores de ações ordinárias, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembleia.

Não havia saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18 Receita operacional líquida

Política contábil, conforme descrita na nota explicativa nº 3 (b).

As principais fontes de receita da Companhia são:

(i) Receitas com prestação de serviços que tem como principais fontes

- Originação de novas operações de antecipação de recebíveis junto a financiadores (fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios, bancos etc), e de taxas de sucesso (performance fee), com a utilização da plataforma CreditCorp
- Gestão de carteira e de cobrança

Abaixo quadro resumo das receitas:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com prestação de serviços	1.168	971
Total da receita bruta da atividade	1.168	971
Impostos diretos (a)	(168)	(111)
Receita líquida da atividade	1.000	860

(a) Os impostos diretos referem-se ao Imposto sobre Serviços – ISS, PIS e COFINS.

a. Informação sobre produtos e serviços

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes por principais linhas de serviços.

Para os exercícios findos	31/12/2022	31/12/2021
Principais produtos / linhas de serviços		
Originação de novas operações	1.110	345
Gestão de carteira e de cobrança	58	34
Receita Bruta dos produtos	1.168	971

b. Segmentos geográficos

A Companhia não possui receitas materiais provenientes de clientes externos e seus clientes estão substancialmente concentrados no território nacional.

19 Custo dos Serviços Prestados, Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
a. Custo dos serviços vendidos		
Custos de Pessoal	(1.865)	(148)
Serviços terceiros – Pessoas Jurídicas (a)	<u>(1.045)</u>	<u>(165)</u>
	<u>(2.911)</u>	<u>(313)</u>
b. Despesas gerais e administrativas		
Despesas de Pessoal	(3.873)	(314)
Ocupação	(159)	(74)
Serviços terceiros – Pessoas Jurídicas (a)	(1.580)	(210)
Depreciações e amortizações	(105)	(86)
Outras despesas gerais (b)	(599)	(111)
Publicidade e propaganda	<u>(15)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(6.332)</u>	<u>(813)</u>

- (a) Serviços tomados, principalmente ref. a honorários advocatícios e *due diligence* por conta da rodada de investimentos, bem como consultoria executiva de RH para contratação dos principais executivos da companhia ao longo do período.
- (b) Despesas diversas, principalmente despesas de viagens e uso de software.

20 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas de juros e atualização monetária	614	1
	<u>614</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras		
Perdão de dívida (a)	-	(100)
Juros de empréstimos	(308)	-
Despesas bancárias	(19)	-
	<u>(327)</u>	<u>(100)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>287</u>	<u>(99)</u>

- (a) Conforme detalhado no contrato de investimentos; foi dado o perdão de uma parte da dívida que o diretor-presidente tinha com a Companhia.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2022	31/12/2021
<i>Imposto de renda e contribuição social diferido:</i>		
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	2.532	115
Total de imposto de renda das operações	<u>2.532</u>	<u>115</u>

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	01/01/2022	Realização	Adições	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos				
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	711	-	2.532	3.243
	<u>711</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>3.243</u>
Impacto líquido no resultado	<u>711</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>3.243</u>

	01/01/2021	Realização	Adições	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos				
Prej. fiscal e base negativa da CSLL	582	-	129	711
	<u>582</u>	<u>-</u>	<u>129</u>	<u>711</u>
Impacto líquido no resultado	<u>582</u>	<u>-</u>	<u>129</u>	<u>711</u>

A empresa possui estimativas de resultados futuras que preveem a realização destes montantes de ativos diferidos ao longo dos próximos 5 anos.

22 Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação foi baseado no Resultado do Exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado por ação básico e diluído		
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	<u>(5.162)</u>	<u>(250)</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	1.052.631	631.309

Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>1.052.631</u>	<u>631.309</u>
Resultado por ação (em R\$) – Básico e Diluído	(5,15)	(0,40)

23 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento de Risco é um processo dinâmico e se faz necessário a atuação em modo contínuo, com reportes e controles diários. O objetivo é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades, para maximizar as oportunidades de se alcançar os objetivos estratégicos da Companhia.

Todas as áreas são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos seus processos e comunicar, de forma tempestiva, a área de Gestão de Risco incidentes que podem alterar o perfil de risco da instituição. Além de reportar eventos de perdas operacionais.

A Governança da Gestão de Risco começa pelas definições das áreas envolvidas e suas responsabilidades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 5.717 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 3). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

A Companhia não possui provisão para redução para caixa e equivalentes, uma vez que o valor contábil desses ativos não apresenta variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não emitiu nenhuma garantia as suas controladas.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo.

(i) Risco cambial

A companhia está exposta aos efeitos da variação das taxas de câmbio, decorrente, exclusivamente, de compras de licenças de software. Por sua vez, considerando o baixo investimento mantido em tais compras, qualquer flutuação nas taxas de câmbio representará ganhos ou perdas não significativas.

GF Serviços de Contabilidade S/S

Reg. no CRC 1SP33586008

Luiz Fernando Castelo Branco Gonçalves junior

Diretor Responsável